

Sustentabilidade é Atributo de Quem? Críticas às Práticas de Responsabilidade Social Empresarial a Partir de um Estudo em Território Minerador

RAQUEL OLIVEIRA WILDHAGEN

PUC Minas

quelwildhagen@gmail.com

ARMINDO DOS SANTOS DE SOUSA TEODÓSIO

PUC Minas

armindo.teodosio@gmail.com

Os autores agradecem o apoio da FAPEMIG

Sustentabilidade é Atributo de Quem? **Críticas às Práticas de Responsabilidade Social Empresarial a Partir de um Estudo em Território Minerador**

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como os atores locais se relacionam na promoção da sustentabilidade em um território minerador. Dessa forma, buscou-se discutir a ação e visão da sociedade, poder público e empresas construída acerca do processo de mineração e suas implicações para a sustentabilidade naquele território. Para isso, buscou-se nas teorias de Sustentabilidade, Territórios e Responsabilidade Social Empresarial (RSE) os pilares de argumentação dessa pesquisa, recorrendo-se aos estudos críticos sobre RSE, especialmente sobre a Teoria dos *Stakeholders* (TS), apontando as rupturas do conceito ao se tratar os territórios. Diante disso, a pesquisa buscou alinhar as discussões teóricas da administração, dialogando com estudos de outros campos de conhecimento, notadamente a geografia e sociologia, na tentativa de traçar um raciocínio teórico que considerasse os territórios com suas dinâmicas e complexidades. Para conectar os estudos organizacionais com os estudos de territórios apresentados pela Geografia e Sociologia, essa pesquisa trabalhou com a Nova Sociologia Econômica (NSE) a entendendo como um ponto de partida para a inserção das dinâmicas sociais complexas dos territórios nos estudos organizacionais. A partir dessa compreensão teórica, buscou-se analisar empiricamente o território de Brumadinho que se desenvolveu a partir da atividade de extração mineral e que, hoje, vivencia um expressivo crescimento do turismo, especialmente cultural, gastronômico e ecológico, impulsionado pela criação do Museu de Arte Contemporânea Inhotim, apresentando-se como uma potencial frente econômica.

Palavras-chaves: Sustentabilidade, Territórios, Responsabilidade Social Empresarial, Conflitos Socioambientais.

1 INTRODUÇÃO

Em momentos de debate sobre os rumos do desenvolvimento, é comum ainda se manifestarem posições que têm como pressupostos a oposição entre crescimento econômico e proteção ambiental e/ou a ideia de que o avanço das atividades econômicas, metrificadas pelo produto interno bruto (PIB), por si só, seriam capazes de gerar soluções para outros campos da vida em sociedade, chamado “efeito transbordamento”, ou seja, do crescimento econômico surgiriam melhorias para a equidade e justiça social, a ampliação das liberdades democráticas e até mesmo para a proteção continuada do meio ambiente. Pensar no desenvolvimento de forma sustentável implica em buscar novos caminhos em meio às interpretativas dicotômicas sobre o desenvolvimento. A sustentabilidade, porém, se cerca de contradições, tornando-se, por vezes, um jargão vazio de sentidos abrindo espaços para diversos grupos da sociedade o utilizarem da maneira como bem entenderem, da forma como melhor lhes convir, visando interesses diversos (Sen, 2000; Jacobi, 2005; Veiga, 2009; Gonçalves-Dias & Teodósio, 2011). Há na literatura uma revisão crítica sobre o tema, sendo muitas vezes os termos desenvolvimento sustentável (DS) e sustentabilidade usados com o mesmo sentido, embora tenham significados distintos. De toda forma, as diversas noções acerca da sustentabilidade destacam a necessidade do envolvimento de diferentes atores ligados às esferas social, ambiental, cultural, política e econômica em torno de uma proposta de transformação efetiva do território. (Lelé, 1991; Baroni, 1992).

Por outro lado, emerge do lado empresarial o discurso cada vez mais crescente da Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Ao se revisar a literatura sobre a RSE é possível perceber dois caminhos sendo traçados: um que vai no sentido das discussões clássicas de Freeman (1984), incorporando o sentido da ética nos negócios, aprimorando e relegitimando as empresas como atores centrais à sustentabilidade. Outro que caminha na linha dos estudos críticos sobre RSE, discutindo suas fragilidades e rupturas, questionando o papel das empresas na sustentabilidade dos territórios em que atuam e se essa sustentabilidade seria possível mantendo os padrões de produção, consumo e desenvolvimento atuais (Weiss, 1995; Abramovay, 2009; Gonçalves-Dias & Teodósio, 2011; Banerjee, 2012).

As lacunas teóricas identificadas e trabalhadas nessa pesquisa apontam para dois pontos principais: por um lado, os estudos da geografia, da sociologia e do desenvolvimento regional, por vezes deixam de envolver os atores empresariais ou, quando os fazem, os remetem a posturas e ações que necessariamente são nefastas ao meio ambiente e a sustentabilidade em si; por outro lado, há poucos estudos na administração incorporando a noção de territórios, tema que recentemente vem sendo incluído pelo Encontro Nacional de Pesquisadores da Gestão Social (ENAPEGS), mas em congressos mais tradicionais da área de administração como Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Administração (ENANPAD), Conferência Latino Americana de Estudos em Administração (CLADEA), Seminário em Administração (SEMEAD), por exemplo, ainda aparecem de maneira tímida, não estabelecendo uma análise dos atores empresariais *vis-a-vis* outros atores do território.

Para a construção da argumentação teórica dessa pesquisa, buscou-se nas teorias da Nova Sociologia Econômica (NSE) os *links* que poderiam, de fato, correlacionar os estudos de RSE com a sustentabilidade dos territórios uma vez que aponta para a importância da dimensão sociológica e se contrapõe a uma visão eminentemente utilitarista dos fenômenos econômicos. (Abramovay, 2004; Serva & Andion, 2006; Levèsque, 2007). A partir de uma abordagem teórica, que evidencia os paradoxos intrínsecos aos processos da sustentabilidade, esse estudo pretendeu responder a seguinte questão: como os atores locais de territórios mineradores se relacionam na promoção da sustentabilidade? Como base empírica buscou-se analisar o território de Brumadinho que tem sua história intimamente ligada à exploração mineral, e que vem debatendo sobre as dinâmicas que se apresentam no município atualmente voltadas para o turismo.

Um intenso debate sobre as perspectivas de desenvolvimento através das atividades de extração mineral vem acontecendo no governo brasileiro, gerando algumas preocupações em relação aos territórios mineradores. Os governos vêm incentivando cada vez mais o crescimento econômico e a atividade mineradora é uma das frentes desse crescimento. De acordo com o Plano Nacional de Mineração 2030 (2010), a demanda por bens minerais e produtos de base mineral no Brasil e no mundo, especialmente nos países emergentes, deverá crescer substantivamente nas próximas duas décadas, o que significa que haverá mais pressão para o aumento da produção mineral. Dessa forma, coloca-se em debate a sustentabilidade dos territórios, principalmente, no que se refere à sua capacidade em comportar essas demandas econômicas em nível local, considerando suas dinâmicas sociais, ambientais, culturais, e sua infraestrutura.

2. SUSTENTABILIDADE: TERRITÓRIOS E EMPRESAS

2.1. Sustentabilidade: trajetória e contradições

Em 1982, foi realizada uma avaliação da Conferência de Estocolmo em Nairóbi, sob a coordenação do PNUMA. Nesse encontro estabeleceu-se a intenção de criar a Comissão Mundial

de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMD), sendo implementada em 1983, com o objetivo de propor estratégias ambientais de longo prazo prevendo formas de desenvolvimento mais sustentáveis para o ano 2000 e daí por diante; recomendações para que a preocupação ambiental se traduzisse em maior cooperação entre os países; e consecução de objetivos comuns e interligados que considerassem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento (Layarargues, 1998). Após quatro anos de pesquisa em cerca de 10 países, em 1987, a CMMD publicou suas conclusões no relatório intitulado *Nosso Futuro Comum* ou *Relatório de Brundtland* - nome da então presidente da CMMD e Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland - apresentando a noção de DS como "aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidades de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades" (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p.46).

Os apontamentos desse Relatório, porém, esbarram em um grande paradoxo conforme aponta Layarargues (1998). Para o Relatório "*Nosso Futuro Comum*", "há sempre o risco de que o crescimento econômico prejudique o meio ambiente, uma vez que ele aumenta a pressão sobre os recursos ambientais" (CMMD, 1991, p.44). O DS, portanto, apresentaria limites, não limites absolutos, mas impostos pelo atual estágio da tecnologia e da organização social frente aos recursos ambientais e a capacidade da biosfera de absorver os efeitos das atividades humanas (Layarargues, 1998). Essa tecnologia e organização social podem ser aprimoradas e geridas, porém, no sentido de um novo modo econômico. Dessa forma, a CMMD (1991) aponta que a pobreza generalizada não seria mais fato inevitável, sendo que dentro do contexto do desenvolvimento sustentável ela passaria a não ser apenas um mal em si, pois "num mundo onde a pobreza e a injustiça são endêmicas, sempre poderão ocorrer crises ecológicas e de outros tipos" (CMMD, 1991, p.47). O relatório atesta que a pobreza seria um dos principais problemas ambientais do mundo, afirmando que seria inútil abordar esses problemas sem uma perspectiva global das desigualdades do mundo (Lélé, 1991).

Essa forma de entendimento apontada pela CMMD frisa que o crescimento econômico poderia continuar no mesmo ritmo, desde que novas tecnologias não poluentes fossem incorporadas nas atividades industriais. No entanto, mesmo que as tecnologias se adequem ao contexto, será que as mudanças sociais e culturais acompanhariam essas transformações, uma vez que, uma das características da sociedade industrial de consumo é justamente o desperdício? (Layarargues, 1997). Sem essa mudança, os recursos naturais continuarão sendo tencionados e as novas tecnologias terão um impacto muito voltado para a diminuição das emissões de poluentes, mas os recursos naturais continuarão correndo o risco da escassez. O paradoxo da circularidade se encontra exatamente nesse ponto: o Relatório aponta que há sempre o risco do crescimento econômico degradar o meio ambiente, mas seria a pobreza, porém, o fator de maior contribuição para essa degradação, e como solução dever-se-ia agir em prol da diminuição da pobreza, através do crescimento econômico.

Além disso, Lélé (1991) afirma que muitos dos conceitos disseminados sobre DS, são, na verdade, abordagens conceituais da sustentabilidade ecológica e/ou social. Portanto, Lélé (1991) e Veiga (2009) acreditam ser o DS, nada além do que um "desenvolvimento que pode ser continuado", e esse desenvolvimento pode ser medido, inclusive, pelo PIB e não necessariamente pela incorporação das questões ambientais. A noção da sustentabilidade, diferentemente do DS, implicaria em uma visão holística sobre os sistemas do planeta, buscando articular as dimensões social, econômica, ecológica, geográfica e cultural simultaneamente nas discussões, análises e ações voltadas ao desenvolvimento. Para Sachs (1993), essas cinco dimensões representariam respectivamente: (1) a melhoria dos direitos e condições da vida humana, assim como, a

diminuição da desigualdade social; (2) alocação e gestão eficiente de recursos, avaliada mais pelos critérios macrosociais do que microempresariais e por fluxos regulares de investimento público e privado; (3) redução do consumo e da produção de resíduos, adoção de tecnologias limpas e regras claras que limitem a exploração de recursos naturais; (4) melhor distribuição dos espaços territoriais, principalmente em relação ao excesso de acumulação em áreas urbanas; (5) busca de concepções endógenas de desenvolvimento que respeitem as particularidades de cada ecossistema, de cada cultura e cada local.

O DS, entendido, literalmente, como o desenvolvimento que pode ser continuado, incorporou a discussão da sustentabilidade ecológica, entretanto, a interpretação que hoje dominaria o debate sobre DS, é a de que as formas tradicionais de desenvolvimento podem ser mantidas uma vez que houvesse uma mudança societal que englobaria os objetivos ou as restrições da sustentabilidade ecológica. Esses objetivos ecológicos, somados aos objetivos tradicionais, poderiam reforçar-se mutuamente. Lelé (1991) entretanto, questiona de que forma esses dois objetivos poderiam reforçar-se uma vez que, no passado se anulavam. Rattner (2010) contesta a incorporação da dimensão ambiental nos projetos de crescimento econômico, considerando-os insuficientes para a melhoria da qualidade de vida no planeta e, vai além, apontando para a necessidade de buscar-se padrões de consumo e de produção determinados socialmente para que, dessa forma, se possa avançar sobre a discussão de sustentabilidade fugindo dos padrões normativos. Assim, tanto para Rattner (2010) quanto para Lelé (1991), sustentabilidade é uma perspectiva que é definida pelo consenso social e reconhecem que a discussão sobre sustentabilidade deve responder três questões: (1) O que tem que ser sustentado?; (2) Para quem?; e (3) Por quanto tempo?.

2.3. Territórios e Sustentabilidade

A definição do que é território impulsiona uma discussão complexa sobre seus conceitos. Milton Santos, uma das principais referências nessa discussão, acredita que território é "o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência" (Santos, 1999). Para o autor, o território não pode ser entendido apenas pelo conjunto de sistemas naturais e de coisas superpostas, mas sim como território usado, ou seja, o chão mais a identidade, e identidade entendida como "o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence" (Santos, 1999, p.8). O território, portanto, "é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida" (Santos, 1999, p.8). Para Saquet (2011), é preciso compreender a dialética no e do território entre o concreto e o abstrato, superando o que é visível, o que está apenas no nível do concreto. Saquet (2011) afirma que a abstração é imprescindível para se compreender o território e, para isso, as formas e os conteúdos dos territórios precisam ser expressos no pensamento.

Com a influência da globalização do dinheiro que circula nos territórios, as empresas não teriam tempo nem interesse em lidar com conflitos locais, dessa forma, numa tentativa de neutralizá-los, levariam ao que Acselrad e Bezerra (2009) denominam de "chantagem locacional" ou "chantagem de localização/deslocalização". Em síntese, no processo da chantagem locacional, a população tenderia a submeter-se à essa manipulação por ter um poder de barganha restringido pelas condições econômico-sociais débeis em que vive, ficando, assim, cada vez mais sujeita aos riscos socioambientais dos empreendimentos. Estaria em vigor, segundo Acselrad & Bezerra (2009), uma "divisão socioespacial da degradação ambiental" reduzindo o potencial socioprodutivo de várias comunidades e, conseqüentemente, seu bem-estar

socioambiental. O próprio poder público estaria legitimando a atração locacional chantagista de investimentos, oferecendo uma série de benefícios, seja em recursos físicos ou fiscais, e estimulando inclusive uma “guerra predatória regional”.

Por construírem uma relação simbólica com o espaço, sendo ali, o meio pelo qual desenvolvem seu trabalho, suas relações sociais e manifestações culturais, a restrição do uso da terra implicaria na impossibilidade de continuar existindo como grupo social, portador de uma cultura e de uma relação específica com a natureza (Diegues, 1996). Além disso, os estudiosos da geografia, reconhecem que as paisagens materiais não são neutras, mas refletiriam as relações de poder e as ‘dominantes maneiras de ver’ o mundo. Com isso, a paisagem passaria a ser entendida não apenas como resultado das interações materiais entre sociedade e meio ambiente, mas como consequência de uma maneira específica de olhar, passando a ser concebida como uma imagem cultural (McDowell, 1996; Floriani, et. al., 2013). De acordo com Floriani et. al. (2013), entre os homens e suas paisagens existiria efetivamente uma convivência secreta, da qual o discurso racional científico, dissecador e classificador não pode dar conta. A paisagem seria ao mesmo tempo o seu prolongamento e o seu reflexo (Floriani, et. al., 2013).

A partir daí, entramos em outro constructo desenvolvido fundamentalmente pelos estudos no campo da geografia: o topocídio. Este termo definiria a aniquilação deliberada dos lugares. Essa aniquilação decorreria de uma posição ideológica e cultural frente ao ambiente que é transformado (Santos, & Machado, n.d.; Tuan, 1980). Se agora paisagens são entendidas como reflexos sociais e culturais dos homens, qual o real impacto de empreendimentos que alteram essa paisagem? Nessa visão, os impactos iriam além da natureza, afetando a expressão mais clara de apego, cotidiano e sentimentos que explicam uma série de experiências pessoais e íntimas para com o território (Santos, & Machado, n.d.; Tuan, 1980).

2.3. Empresas e Territórios

2.3.1 A abordagem da Nova Sociologia Econômica

A NSE ganhou fôlego a partir da década de 80, tendo origem na sociologia econômica de Weber, Durkheim e Marx, voltando seu interesse para as bases deixadas pelos seus precursores, ou seja, os estudos dos fenômenos econômicos à luz de uma abordagem sociológica (Abramovay, 2004; Serva & Andion, 2006; Levèsque, 2007). A NSE surge, então, com o intuito de combinar a análise dos interesses econômicos e a análise das relações sociais. Essa abordagem teórica rejeita a ideia de que o mercado e a sociedade são vistos como um só, em que a vida dos indivíduos reduzem-se a sua natureza econômica (Swedberg, 2004; Abramovay, 2009).

A abordagem francofônica relaciona-se à sociologia e antropologia, representadas pelo Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS), economia solidária e plural, escola da regulação e abordagem das convenções (Serva & Andion, 2006; Levèsque, 2007). Os autores desses correntes, além de realizarem uma crítica aos pressupostos da economia neoclássica, fazem também propostas em termos de transformação social, redefinindo o que deve ser entendido por atividade econômica e buscando responder aos desafios colocados pelos novos contextos da modernidade.

Por outro lado, se enquadram os trabalhos dos autores de língua inglesa no campo da NSE, com destaque para o institucionalismo e a socioeconomia (Serva & Andion, 2006; Levèsque, 2007). Na sua maioria, os estudos elaborados nessas duas últimas correntes se contrapõem à economia neoclássica, mas não se concentrariam em propor alternativas contundentes. Algumas correntes da NSE nesse espectro querem mostrar que as teses neoclássicas seriam reforçadas,

mesmo em seu domínio mais central, se lhes fosse acrescentada uma perspectiva sociológica (Granovetter, 1994). Apenas buscariam dialogar com os autores da economia, visando seu enriquecimento a partir da contribuição dos estudos sociológicos.

Levèsque (2007) aponta para algumas hipóteses que guiam as pesquisas no campo da NSE, destacando-se aquela relacionada à chamada “sociedade de risco”, conforme a entende Ulrich Beck. O aumento dos riscos na vida social contemporânea poderia chegar ao ponto de que os atores sociais não hesitariam mais em falar dos riscos ambientais, o que poderia levar a se colocar assim a questão do desenvolvimento sustentável no centro das preocupações. O crescimento dos riscos revelaria os limites da racionalidade tecnocientífica e a necessidade de uma racionalidade social e ética, “se quisermos que o futuro não seja moldado por cegos” (Levèsque, 2007, p. 50). Incorporar as premissas da NSE nos permite ampliar o olhar sobre as dinâmicas entre atores da sociedade civil, Estado e mercado em torno das questões ambientais. Essa perspectiva teórica permite uma análise mais complexa das possibilidades, riscos, contradições e armadilhas da busca do desenvolvimento sustentável dos territórios. Além disso, reconhece o poder de diferentes atores, não apenas aqueles do mercado, nas interações das quais resultam os processos de sustentabilidade e insustentabilidade dos territórios. Um desses atores, cujo papel é muitas vezes menosprezo ou mitigado por estudos que não se fundamentam nas premissas da NSE, é o Estado (Levèsque, 2007).

Uma vez que a NSE se propõe a compreender a economia como uma totalidade social - atores sociais e individuais - ela abre espaço para estudos que buscam repensar a economia no sentido do DS. Nesse sentido o ambiente econômico não se reduz ao sentido mercantil, agregando tanto o não mercantil quanto o não monetário. Dessa forma existe uma reafirmação da sociedade civil para novas regulações e novas formas de governança (Lèvesque, 2007). Nesse sentido a importância do contexto histórico coordena as interpretações e alerta para a necessidade de se observar a racionalidade dos atores - que se misturam com as crenças partilhadas, e com as normas vigentes. Todas essas relações sociais influenciam as ações dos indivíduos. (Swedberg, 2004; Lèvesque, 2005)

2.3.2 Novos olhares sobre a Responsabilidade Social Empresarial

A partir da década de 60, as questões ambientais começam a ganhar força, conforme visto anteriormente. Nesse cenário de contestações as empresas passaram a ser alvo de movimentos da sociedade civil que exerceram sob elas pressões, especialmente relacionadas à poluição, desemprego, consumo e discriminações, entre outras (Kreitlon, 2004). É nesse contexto que a conduta ética das empresas começa a ser debatida por um olhar mais crítico, questionando-se sua responsabilidade para além de seus portões. O dogma segundo o qual as empresas devem consagra-se, exclusivamente, à maximização de seus lucros começa a ser questionado por vários movimentos de contra-cultura (Kreitlon, 2004). Em contrapartida o debate sobre a RSE, que tem incitado diversas abordagens conceituais que partem de campos e princípios distintos sobre os questionamentos éticos e sociais das empresas, muitas vezes adotam elementos conceituais de variadas vertentes, não constituindo, portanto, em um campo de pesquisa unificado e independente (Gonçalves-Dias & Teodósio, 2011). Esse fato acaba promovendo críticas às teorias de RSE pelos adeptos à Teoria de Maximização de Riqueza, uma vez que as consideram conceitualmente frouxas e agregam muitos atores as dinâmicas empresariais sem explicar como os conflitos entre esses diferentes atores deveriam ser resolvidos, deixando o executivo sem qualquer princípio para tomada de decisões e avaliação de desempenho, valendo a lei das preferências pessoais (Silveira, Yoshinaga & Borba, 2004).

Um dos exemplos que podemos citar é o da Teoria dos *Stakeholders* (TS) que, se por um lado, é utilizada por alguns autores, como Freeman (1984) para desenvolver uma aproximação instrumental entre as práticas gerenciais, especialmente a estratégica, por outro, é entendida como essencialmente normativa, a exemplo dos estudos de Donaldson e Preston (1995), que afirmam que a TS não poderia ser suportada apenas por motivos descritivos e instrumentais, indo além da simples ideia de que empresas possuem *stakeholders* e que os interesses desses devem ser considerados nas operações das organizações. Ela incitaria uma análise sobre quais interesses as organizações deve atuar e a quem a administração serve. Dessa forma, Donaldson & Preston (1995) acreditam haver rachaduras em sua base conceitual e empírica. Weiss (1995) afirma que a TS trata-se de um sistema geral de ideias e suposições, padrão, exemplos e afirmações estabelecidas. O autor critica as abordagens sobre *stakeholders*, visto que não colocariam em questão a natureza do capitalismo contemporâneo, com a expansão de grandes corporações globais detentoras de grandes capacidades e recursos concentrados. Além disso, assumiria que princípios utilitaristas movem os grupos na luta por seus interesses, apesar de paradoxalmente negar o utilitarismo, assim como a concepção neoclássica sobre ação social dos atores econômicos. Ao partir do princípio que as empresas e os mercados são formados por interesses voluntários, a TS justificaria o próprio comportamento auto-interessado dos atores empresariais, apesar de afirmar pretender reprimi-lo e negá-lo (Weiss, 1995).

Para Abramovay (2009), porém, afirmar que as empresas só tomam estas iniciativas por interesse, apenas para consolidar sua posição competitiva por razões egoístas e não por uma preocupação socioambiental legítima, implicaria em um ponto de vista ilusório, parcial e incapaz de compreender a complexidade que envolve a difusão de práticas de responsabilidade socioambiental do setor privado. É claro que o setor privado age por interesse. Para o autor, responsabilidade socioambiental refere-se, antes de tudo, a uma inversão na perspectiva que dominou a formação e o desenvolvimento das ciências sociais desde o século XVIII. É um convite para que se examinem não apenas os impactos do mercado na sociedade, mas ao contrário, a maneira como a sociedade, que só poderia ser compreendida de forma organicamente articulada aos ecossistemas com que interage, produz e transforma os mercados (Abramovay, 2009). A ideia de que os mercados são mecanismos de equilíbrio, neutros e impessoais, dão lugar a uma nova visão: a de que os mercados não são autônomos em relação ao conjunto da vida social e não podem ser encarados como engrenagem de vidas permanentes. "Quando se abre a caixa-preta dos mercados, o que há dentro é a sociedade" (Abramovay, 2009, p.2) com seus conflitos e divergências. A partir dessa perspectiva, o que se observaria é o mercado influenciando o meio ambiente e a sociedade e a sociedade e o meio ambiente influenciando o mercado. Nesse sentido, o sucesso empresarial não poderia ser analisado em separado da dinâmica de legitimação ou deslegitimação social das atividades, atitudes, ações, produtos, serviços, impactos e desdobramentos que as empresas causam nos territórios (Abramovay, 2009, Gonçalves-Dias & Teodósio, 2011).

O que se propõe com esse trabalho é que se problematize o papel das empresas, poder público e sociedade na promoção da sustentabilidade dos territórios. Essa sustentabilidade não ocorrerá pelas mãos das empresas, tão pouco pelas mãos do poder público ou da sociedade civil de maneira isolada e egocentrada. Ocorrerá sim, quando esses diferentes atores, convergindo ou divergindo, pensarem, debaterem e buscarem desenvolver e suportar processos que visem a sustentabilidade do território. Dessa forma, poder-se-á vislumbrar um desenvolvimento a longo prazo, pautado em valores econômicos, sociais, ambientais e culturais que possam contribuir e não fragilizar, a sustentabilidade dos territórios.

É improvável que qualquer revisão radical sobre a RSE vá emergir das organizações empresariais, dado como o discurso é construída em níveis mais elevados da economia política. Para que qualquer revisão radical ocorra, seria necessária uma abordagem mais crítica no campo da teoria das organizações. Novas questões precisariam ser levantadas, não só sobre a sustentabilidade ecológica e social das corporações de negócios, mas da economia política em si (Banerjee, 2012). A economia política que vigora nos dias de hoje influenciam as estratégias corporativas direcionando-as para a criação de valor para os acionistas e retorno sobre o capital, não para a justiça social ou moral (Banerjee, 2012). Isso faz com que as tentativas emergentes para conceituar a responsabilidade social como "capital social" ainda fiquem aquém, ao menos que haja uma reestruturação radical da economia política repensando o papel de uma empresa na sociedade (Banerjee, 2012).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de investigar e analisar como os atores locais se relacionam na promoção da sustentabilidade em um território minerador realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa pelo método de estudo de caso (Greenwood, 1973; Bonoma, 1985; Eisenhardt, 1989; Yin, 2005) buscando-se identificar os fatores que estimularam a ocorrência de eventos, bem como compreender a interação que se estabeleceu entre as variáveis, revelando as inter-relações e as complexidades que poderiam se manifestar (Greenwood, 1973; Bonoma, 1985). Para tanto, buscou-se identificar uma experiência prática que melhor se apresentasse como fenômeno relevante para análise, de acordo com o foco delimitado para a pesquisa, ou seja, a sustentabilidade de territórios marcados pela atividade de mineração.

O estudo de caso foi desenvolvido tendo como unidade de análise o município de Brumadinho/Minas Gerais, que tem sua história fortemente ligada à exploração mineral. A proposta desse trabalho é analisar as articulações dos atores com a sustentabilidade desse território. Com base na abordagem proposta por Yin (2005), foi desenvolvido um estudo de caso único, contextualizado com sentido interpretativo dos depoimentos dos entrevistados sobre os fatores que potencializavam ou enfraqueciam, tanto os processos de sustentabilidade do município, quanto a relação dos três setores com esse desenvolvimento, tomando como base a compreensão da experiência subjetiva dos atores envolvidos.

A coleta de dados foi composta por representantes das esferas de governo, empresas e sociedade civil, por se configurarem como os atores que fazem parte da construção do desenvolvimento do território de Brumadinho. Foram entrevistados funcionários de duas mineradoras com atividades no município, um funcionário de um instituto de cultura de Brumadinho, representantes de OSC's e comunidades, e membros do poder executivo e legislativo de Brumadinho., conforme tabela 1:

Tabela 1
Caracterização dos entrevistados

Atores	Siglas	Característica	Local de Moradia	Tempo de relação com Brumadinho
Empresas	EM 1	Mineração	Sede	40 anos
	EM 2	Mineração	Belo Horizonte	47 anos
	EM 3	Cultura	Belo Horizonte	5 anos
Poder Público	PP 1	Executivo	Palhano	43 anos
	PP 2	Executivo	Sede	54 anos
	PP 3	Legislativo	Casa Branca	15 anos
	PP 4	Legislativo	Sede	51 anos
OSC's	OSC 1	ONG	Suzana	7 anos
	OSC 2	Professor	Sede	60 anos
	OSC 3	Professor	Belo Horizonte	7 anos
	OSC 4	Ex-membro do PP	Sede	44 anos
Comunidades	COM 1	Córrego do Feijão	Morador da comunidade	72 anos
	COM 2	Colégio	Morador da comunidade	39 anos
	COM 3	Jangada	Morador da comunidade	6 anos

Nota. Fonte: Original desta pesquisa.

Por meio do critério definido pelo processo “bola de neve” (Yin, 1981, 2005; Eisenhardt, 1989; Meyer, 2001), nessa pesquisa buscou-se favorecer a coleta de dados com entrevistas por indicação, ampliando o acesso aos discursos e diálogos de atores desse território sobre as questões socioambientais que o envolvem. As coletas de dados foram feitas através de dados primários e secundários utilizando-se, preferencialmente, as (1) entrevistas semiestruturadas, (2) pesquisas bibliográfica, (3) documentos e arquivos e a (4) observação *in loco* como estratégia de coleta de dados.

Para se obter fontes de evidências empíricas, a pesquisadora participou de reuniões mensais do Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente de Brumadinho (CODEMA), no período entre os meses de fevereiro a setembro de 2014, assim como audiências públicas de assuntos relevantes à essa pesquisa e agendamentos de entrevistas *in loco* com os integrantes da pesquisa. As entrevistas foram estruturadas a partir de um conjunto de perguntas definidas *a priori*, porém, essa estruturação foi flexível, contendo apenas um roteiro para orientar o diálogo durante a coleta de dados e permitindo a alteração da ordem das perguntas, supressão de algumas questões de acordo com o contexto e andamento de cada entrevista e inserção de outras indagações, configurando-se o chamado roteiro de entrevista semiestruturadas (Bauer & Gaskell, 2002). Assim, no momento da entrevista, a pesquisadora teve liberdade para explorar novas questões não identificadas, mas que se apresentaram relevantes para o estudo em questão. As principais diretrizes contempladas na elaboração do roteiro das entrevistas envolveram questões como: a visão dos integrantes dos setores sobre o desenvolvimento do município, a realidade de conservação (ou não) da diversidade ambiental e sociocultural nos processos de desenvolvimento do município, as ações de cada setor para que essa diversidade fosse preservada e valorizada, a percepção dos entrevistados acerca das parcerias intersetoriais e a participação das

empresas mineradoras no processo de sustentabilidade do território de Brumadinho, dentre outros temas relevantes para o foco da pesquisa.

A pesquisa apresentou algumas limitações relacionadas ao acesso da pesquisadora aos atores sociais do município considerados importantes para o trabalho. Apesar de ter vivido por 27 anos no território de Brumadinho, a relação da pesquisadora com o município, em especial, com a sede, sempre foi muito distante. Para superar esse fato e acessar os atores selecionados para a pesquisa, a pesquisadora contou com o apoio de seu orientador que viveu durante muitos anos na sede do município e facilitou o acesso a vários entrevistados por suas ligações com Brumadinho.

Para conferir maior confiabilidade e qualidade aos resultados da pesquisa, a análise dos dados obtidos a partir das fontes primárias e secundárias, permitiu comparar e confrontar a percepção de diferentes atores acerca de uma mesma dimensão de análise, bem como realizar a triangulação das fontes dessas evidências (Eisenhardt, 1989). A pesquisa recorreu a triangulação como estratégia de análise de conteúdo para auxiliar no tratamento e na interpretação dos dados coletados sobre o processo. Tanto os documentos e arquivos das fontes secundárias, como os dados obtidos por meio das entrevistas (fontes primárias) foram gravados, transcritos na íntegra e analisados para interpretação do conteúdo das informações levantadas, a fim de compreender melhor o discurso dos entrevistados.

4. DAS ÁGUAS E DOS MINÉRIOS, DAS SERRAS E DAS MINAS: BRUMADINHO

Brumadinho é um município com uma extensão territorial de 639,434 km², quase o dobro da capital Belo Horizonte, com 33.973 habitantes e densidade demográfica de 53,13 hab/km² (IBGE, 2010). Está localizado a cerca de 55 km de Belo Horizonte, mas apesar da proximidade com a capital mantém características bastante interioranas. Cercado por serras com solos de cangas ferruginosas, característica do Quadrilátero Ferrífero, Brumadinho, além do minério de ferro, é um dos principais municípios do entorno de Belo Horizonte em captação e distribuição de água. Preservando 40% do remanescente de Mata Atlântica, o município é cercado por belas paisagens, um dos principais atrativos para quem vai conhecer a região

Atualmente, cerca de 50% da arrecadação geral de Brumadinho vem da mineração. O setor de exploração mineral não criou somente empregos diretos em Brumadinho, mas também uma enorme cadeia de serviços terceirizados que, hoje, ao lado do turismo, responde por quase toda economia local. Se por um lado, o setor minerário é bastante presente no dia-a-dia dos brumadinhenses, em especial, moradores da sede do município, por outro, o turismo ainda é algo que se encontra no imaginário ideológico, pouco concretizado. O próprio poder público municipal retarda investimentos mais concretos e efetivos no turismo, uma vez que, adota um discurso otimista e acredita que a atividade mineral ainda irá se prolongar por muitos anos no município, tempo o suficiente para que alternativas de arrecadação sejam elaboradas e colocadas em prática.

Como justificativa, o poder público municipal reconhece que durante muito tempo manteve uma postura muito permissiva em relação às mineradoras, mas que hoje, vem atuando em conjunto com as empresas, levando demandas e cobrando contrapartidas socioambientais. Contudo, muitos projetos de responsabilidade social que as empresas vem implementando no município estão desconectados das comunidades atingidas por seus empreendimentos. Beneficiam, geralmente, a sede, financiando-se projetos de outras instituições já existentes, projetos esses, que as comunidades impactadas muitas vezes nem tem acesso. As relações que se estabelecem ainda são muito verticalizadas e nem empresas, nem o poder público se movimentam em prol dessas comunidades. O que se vê são problemas socioambientais sendo

tratados como pontuais e modelos prontos de projetos sendo injetados nas comunidades, desconsiderando-se suas demandas.

Brumadinho tem cerca de cinco grandes mineradoras atuando em seu território e que protagonizam conflitos pontuais no local onde estão suas operações, uns de menores e outras de maiores proporções. Os representantes das empresas reconhecem que antigamente a postura das mineradoras era muito ruim e nociva ao município, e sua relação com a população era muito distante, se configuravam apenas como postos de trabalho, mas hoje já constroem uma relação de pertencimento com o território. Além disso, apontam que a legislação ambiental está cada vez mais exigente e, por isso, precisam cumprir essas leis para que possam ter seus projetos aprovados. Para os representantes das OSCs e comunidades, o principal desafio na tratativa desses conflitos está na relação política que se desenha dentro do município ainda permissiva às frentes econômicas minerárias.

Um dos principais conflitos de Brumadinho se configura junto às comunidades da Serra da Moeda que temem a chegada de um novo empreendimento minerário na região. Além de alegarem ser ali, uma região onde o município possa explorar mais o potencial turístico, as comunidades receiam perder seus vínculos com o lugar com a implementação de um empreendimento minerário que demandaria o esvaziamento de áreas, hoje, ocupadas por comunidades rurais. Caberia ao poder público ouvir os anseios da população e planejar, estrategicamente, os caminhos para o desenvolvimento de Brumadinho. Além disso, a discussão de Topocídio (Santos, & Machado, n.d.; Tuan, 1980), que já é algo temido por essas comunidades, ultrapassa as fronteiras dos distritos atingidos pela mineração e começa a ser vivenciado pela população que reside na sede do município, conforme depoimento do entrevistado PP1 que afirma que hoje, da sede do município, já é possível ver a serra sumindo.

As estratégias territoriais de capital, dotadas de mobilidade potencial acrescida às empresas, aprisionaria parcelas importantes de populações locais na “alternativa” de promessa de emprego e renda, mesmo ao custo de submissão a riscos sociais e ambientais (Acselrad & Bezerra, 2009). Esse aumento da mobilidade do capital seria, então, um dos “pivôs” dos conflitos ambientais locais por “desregulação” nas áreas de chegada dos investimentos – “denúncias e resistências à despossessão ambiental de populações locais, observada em áreas de expansão de fronteira capitalista, ou à imposição de riscos ambientais aos grupos sociais mais destituídos, em áreas de ocupação intensa” (Acselrad & Bezerra, 2009, p. 3). Atores da resistência acabariam entrando em um embate, não apenas com as empresas geradoras dos conflitos, como também com parte da população interessada nos avanços que estes podem gerar a outros setores. Os portadores do poder, portanto, ganhariam uma força a mais, sendo suas pressões dadas através de dois meios: (1) pela ameaça de retirada do investimento para outro local; ou (2) pela ameaça de que, não se aceitando o empreendimento tal como a empresa o deseja, nenhuma outra atividade ali se implantaria (Acselrad & Bezerra, 2009). Com a imposição das condições mais acessíveis para si, os empreendimentos acabam tornando-se “quase-sujeitos” das políticas de regulação dos territórios e “quase-sujeitos” dos limites de aceitabilidade dos riscos para a própria população local” (Acselrad & Bezerra, 2009, p.4). Foi possível perceber, na fala do entrevistado EM 1 que para as empresas não é interessante o conflito. E quando se deparam com o conflito, quando percebem que a empresa tem dificuldades de aceitação, ela se desloca para o município vizinho. Utilizam o discurso da Chantagem Locacional (Acselrad & Bezerra, 2009), apresentado acima, de maneira muito clara e espontânea. Dessa forma, para não perderem os recursos provenientes dessa atividade, o poder público se articula de forma que consiga viabilizar os projetos, mesmo que esses causem impactos irreversíveis ao município. Se articula pois, sabe que ainda não tem

como substituir essa atividade sem maiores danos econômicos a Brumadinho. Enquanto isso, as comunidades veem o seus direitos serem abafados alegando que os interesses atendidos são sempre os das empresas.

Brumadinho tem apresentado um cenário de transformação, potencializado pela chegada do museu do Inhotim, onde outras vias econômicas tem se apresentado para além da atividade de extração mineral. Ao final das entrevistas, visando identificar o ponto de vista dos entrevistados quanto ao desenvolvimento que considerariam ideal ao município, esse processo de transformação fica evidente. O turismo é a atividade que mais se coloca como a alternativa econômica que vislumbram para o município como complementar, ou até mesmo para alguns, substituta da atividade minerária. No entanto, o processo de reconversão de um território que tem cerca de 50% de seus recursos financeiros advindos da mineração, mesmo tendo a noção de que o município ainda tem capacidade de exploração por mais cerca de 40 anos, deveria ser encarado de maneira mais séria. Não se modifica um modelo econômico de uma hora para outra. É preciso planejamento, experimento, e uma política que encare esse processo de maneira mais séria.

A responsabilidade do poder público em relação ao desenvolvimento futuro do município é muito grande. Como é comum às cidades de interior, Brumadinho possui grupos econômicos e políticos que se revezam nas cadeiras e que trocam favores entre si, conduzindo o município a uma política desarticulada com as demandas do território em si. Se a previsão de exploração de minério no município é por mais 40, 50 anos, Brumadinho já deveria estar pensando em sua reconversão econômica. Potenciais que podem levar o município de Brumadinho a se tornar um modelo de reconversão com o foco na sustentabilidade, existem. Características para o desenvolvimento de diversas atividades econômicas no território, como: indústria limpa, agricultura familiar e orgânica e o turismo, existem. E uma população, em especial rural, que luta pela valorização de sua cultura, de sua terra e que pensa na sustentabilidade do território, existe. O entrave se encontra no jogo político e nos interesses difusos que beneficiam pequenas redes, fazendo com que o município, politicamente, ainda se mantenha dentro dos mesmos modelos insustentáveis de desenvolvimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do presente estudo, que se baseou em analisar como os atores locais se relacionam na promoção da sustentabilidade de um território minerador é dada ênfase na análise do papel das empresas nessa dinâmica através de um estudo crítico sobre a RSE, em especial, sobre a TS, inferindo-se que essa abordagem coloca as empresas como atores centrais responsáveis pela sustentabilidade de um território desconsiderando o fato de que sustentabilidade não é adjetivo de organizações e sim atributo dos territórios, e territórios não teriam *stakeholders*, ao contrário, apresentam atores em constante interação e ação em seu interior, ora convergindo, ora divergindo em torno de interesses, valores, motivações e posturas.

Tal conclusão é atestada, neste estudo, pela comprovação de que as discussões clássicas sobre a TS e RSE presentes na literatura acadêmica e praticadas pelas empresas através de documentos de orientação, e indicadores de sustentabilidade, apresentam lacunas teóricas que distorcem o conceito de sustentabilidade restringindo-o ao desenvolvimento econômico, centralizando as empresas nesse processo, e muitas vezes adotando a prática do *lobby* junto ao poder público, marginalizando a sociedade. Tais lacunas puderam ser identificadas pelos apontamentos dos estudos críticos sobre RSE utilizados na construção teórica desse projeto, além de dialogar com os conceitos teóricos de territórios apresentados pela Geografia e os símbolos e significados sociais desses territórios discutidos pela Sociologia.

O cenário em Brumadinho, que pôde ser alcançado por essa pesquisa, é o de um município que tem diante de si muitas possibilidades para se desenvolver. Entretanto, é preciso considerar a heterogenia do território e explorar essa diversidade para que a sustentabilidade entre na pauta das estratégias de desenvolvimento. Para avançar nesse sentido entende-se que (I) o poder público poderia atuar mais em prol do município em si, e menos para os interesses de pequenos grupos político-econômicos; (II) as comunidades poderiam se articular e se organizar mais, para que consigam ter voz frente às amarras econômicas que as afetam direta ou indiretamente, participando, mais ativamente, das tomadas de decisão; (III) o terceiro setor em Brumadinho poderia se fortalecer e as ONG's atuarem de maneira mais integrada, tentando alcançar o município como um todo.

Pensar na sustentabilidade em um território minerador parece um paradoxo, porque, por sua natureza fim, a mineração nunca será sustentável. Além disso, conforme proposto pelo constructo teórico dessa pesquisa, sustentabilidade precisa ser compreendida como atributo de territórios, e não como adjetivo de empresas, caso contrário, as ações de RSE continuarão vazias de sentido e de ações efetivas que contribuam com a promoção da sustentabilidade. Essa compreensão, centralizaria o território nas estratégias da sustentabilidade, exigindo um mergulho profundo em suas dinâmicas, particularidades e complexidades. Diante disso, é possível concluir que as empresas ainda não incorporaram em seus modelos de gestão o sentido mais profundo da RS, compreendendo-se como parte de um território específico e singular.

Novos campos e novas agendas de investigação sobre a sustentabilidade dos territórios e o papel das empresas nesse processo ainda precisam ser construídos, visto que os registros científicos que tratam do tema ainda são tímidos e pouco expressivos, principalmente, nos estudos organizacionais. Tais sugestões atestam o vasto campo de investigação científica em territórios com alta diversidade de fatores que, certamente, favoreceriam a ampliação do conhecimento nessa área de estudo, e como os estudos de RS em territórios ainda estão distantes de serem algo incorporado nas ações empresariais. Diante da complexidade dos fatores que envolvem a vida humana e a sua relação com a natureza, a busca por mecanismos que possam incorporar a sustentabilidade, não apenas como um discurso, mas como uma prática do dia a dia de cada um, conduzindo a políticas que englobem o todo, é um desafio ainda longe de se tornar palpável. Isso exigiria a construção de um novo modelo econômico, pois nenhum dos modelos atuais conseguiriam dar conta.

Como estudo futuro, espera-se que a pesquisa sobre a sustentabilidade de territórios possa ser melhor explorada dentro dos conceitos da NSE, analisando-se as interações entre sociedade e mercado, e avançando no sentido de entender as complexidades das dinâmicas dos territórios e das relações que ali se estabelecem entre o homem com o homem, entre o homem com a natureza e entre a natureza com a natureza, através das dimensões políticas, sociais, econômicas, ambientais, culturais e espirituais na busca pelo equilíbrio. No caso de Brumadinho, as dinâmicas que se desenvolvem ainda podem ser melhor exploradas. Por se tratar de um município com uma grande extensão territorial, a pesquisa limitou-se a analisar o cenário configurado pelas principais atividades de mineração de ferro que, atualmente, estão no centro dos conflitos. Entretanto, outras dinâmicas que influenciam as ações de desenvolvimento do município podem ser melhores exploradas, especialmente, no que concerne as vertentes políticas que, no presente, estão enfrentando o difícil dilema de decidir para qual sentido do desenvolvimento Brumadinho irá seguir.

Leff (2004) aponta que a racionalidade ambiental reconstrói o mundo a partir de uma linha do tempo de vida e de morte entrópica do planeta, mas também a partir da capacidade de integrar

e organizar os sistemas e redefinir a natureza através da cultura. A condição existencial do homem é feita pela relação complexa entre a temporalidade da vida frente à erosão das condições ecológicas e termodinâmicas de sustentabilidade. Espera-se que esta pesquisa possa servir de inspiração e fonte para futuros pesquisadores do campo de conhecimento da gestão socioambiental, voltando-se para o desenvolvimento de novas discussões teóricas e aplicadas que levem em consideração a sustentabilidade com foco no território.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, R. (2004). Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social. Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo*, 16(2), pp. 1-19.
- Abramovay, R. (2009). Anticapitalismo e inserção social dos mercados. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 21 (1), pp. 65-87.
- Acselrad, H., & Bezerra, G. N. (2009). Desregulação, deslocalização e conflito ambiental-considerações sobre o controle das demandas sociais no Brasil contemporâneo. *Anais: Encontros Nacionais da ANPUR*, 13.
- Banerjee, S. B. (2012). Corporate Social Responsibility: The good, the bad and the ugly. *Critical sociology*, 34 (1), pp. 51-79.
- Baroni, M. (1992). Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, 32(2), 14-24.
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Bonoma, T. V. (1985). Case Research in Marketing: Opportunities, Problems, and a Process. *Journal of Marketing Research*, 22, pp.199-208.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1988). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Departamento Nacional de Produção Mineral. (2013). *Distribuição CFEM do Estado: MG e Ano: 2013*. Recuperado em 06 de janeiro de 2014 em https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuicao_cfem_muni.aspx?ano=2013&uf=MG
- Derman, B. (1995) Environmental NGOs, Dispossession, and the State: The Ideology and Praxis of African Nature and Development. *Human Ecology*, 23(2), pp. 199–215.
- Diegues, A. C. S. (1996). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.

- Donaldson, T. and L. E. Preston. (1995). The Stakeholder Theory of the Corporation: *Concepts Evidence, and Implications*. *Academy of Management Journal*, 20, 65-91.
- Eisenhardt, K. (1989). Building Theories from Case Study research. *Academy Of Management Review, Stanford*, 14(4). pp. 532-550.
- Floriani, N., Ríos, F. T., & Floriani, D. (2013). Territorialidades alternativas e hibridismos meridionais no mundo rural: resiliência e reprodução da sociobiodiversidade em comunidades tradicionais do Brasil e Chile. *Polis, Revista Latinoamericana*, 12 (34), pp. 73-94.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic Management: A Stakeholder Approach*, Boston: Pitman.
- Gonçalves-Dias, S., & Teodósio, A. S. S. (2011). Perspectivas de análise do ambientalismo empresarial para além de demonizações e santificações. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 5 (2), pp. 03-17.
- Granovetter, M. (1994). Business groups. In: Smelser, N.; Swedberg, R. (Eds.). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press, 1994
- Greenwood, Ernest. (1973). Metodos principales de investigación social empírica. *Metodologia de la Investigación Social*. Buenos Aires: Paidós, pp. 106-126
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2013). Recuperado em 15 de outubro de 2013 em <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=310900&search=minas-gerais%7Cbrumadinho%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>
- Jacobi, P. R. (2005). Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Educação e Pesquisa*, 31 (2), pp. 233-250.
- Kreitlon, M. P. A. (2004). Ética nas Relações entre Empresas e Sociedade. In: *Anais do XXVIII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*. Curitiba: ANPAD, pp. 1-15.
- Layrargyes, P. P. (1997). Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: Evolução de um conceito?. *Proposta*, 25 (71), pp. 5-10.
- Layrargues, P. P. (1998). *A cortina de fumaça: o discurso empresarialverde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume.
- Leff, E. (2009). Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo dos saberes. *Educação e Realidade*, 34 (3), pp.17-24.
- Lelé, S. M. (1991). Sustainable development: a critical review. *World Development*. 6 (19). pp. 607-621.

- Levésque, B. (2007). Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, 47 (2), pp. 49-60.
- McDowell, L. (1996). A transformação da geografia cultural. In: Smith, G.; Gregory, D.; Martin, R.; Isaack, M., *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 159-188.
- Meyer, C. B. (2001). A case in case study methodology. *Field Methods*, 13(4), pp.329-352.
- Ministério de Minas e Energia. (2010). *Plano Nacional de Mineração 2030*. Recuperado em 10 de outubro de 2013 em http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/plano_duo_decenal/Plano_Nacional_de_Mi_neraxo_2030_Consulta_Publica_10_NOV.pdf.
- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2006). The link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard Business Review*, 84(12), 78–92.
- Sachs, I. (1993). Estratégias de transição para o século XXI. In: *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense, pp. 29-56.
- Santos, M. (1999). O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, 8(2), pp.15-26.
- Santos, V. L.; Machado, L. M. C. P. *Topocídio em Porto XV: MS Percepção dos atingidos por barragens*. Recuperado em 8 de junho de 2013 em observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/38.pdf
- Saquet, M. A. (2011). Estudos territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para a pesquisa científica. *Território e fronteiras–(re) arranjos e perspectivas*. Florianópolis: Insular, pp. 33-50.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Serva, M, & Andion, C. (2006). Teoria das organizações e a nova sociologia econômica: um diálogo interdisciplinar. *Revista de Administração de Empresas*, 46 (2), pp.10-21.
- Silveira, A.M; Yoshinaga, C.E.; Borba, P.R.F. (2004). Crítica a Teoria dos *Stakeholders* como função-objetivo corporativa. *Caderno de Pesquisas em Administração*, 12(1), pp. 33-42.
- Swedberg, R. (2004). Sociologia Econômica: hoje e amanhã. *Tempo social*, 16 (2), pp. 7-34.
- Tuan, Y.F. (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel.
- Veiga, J. E. D. (2009). Mundo em transe do aquecimento global ao ecodesenvolvimento. In: *Mundo em transe do aquecimento global ao ecodesenvolvimento*. Armazém do Ipê.

- Weiss, A. R. (1995). Cracks in the foundation of Stakeholder Theory. *Electronic Journal of Radical Organization Theory*, 1(1).
- Windsor, D. (2001). Corporate Citizenship: Evolution and Interpretation. J. Andriof and M. McIntosh (eds). *Perspectives on Corporate Citizenship*, pp. 39–52.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 3.